



1º SIMULADO

Delegado PC PR

INSTRUÇÕES DE APLICAÇÃO DO SIMULADO

- 1 – Este é o Simulado de Delegado da PC-PR.
- 2 – A prova contém **100 questões** cobrando assuntos do programa do edital do concurso.
- 3 – **As questões são inéditas** e foram elaboradas pelos nossos professores, com base no perfil da banca organizadora do concurso.
- 4 – Você receberá, por e-mail, o PDF ou poderá baixar o arquivo que ficará disponível em um artigo na página principal do site do Estratégia Concursos;
- 5 – Você terá das **8h30 às 13h** para responder às questões;
- 6 – **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO**, comentando e resolvendo todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.

PREENCHA O GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-PC-PR-Delegado-11-09>

Cartão de Respostas								
1		21		41		61		81
2		22		42		62		82
3		23		43		63		83
4		24		44		64		84
5		25		45		65		85
6		26		46		66		86
7		27		47		67		87
8		28		48		68		88
9		29		49		69		89
10		30		50		70		90
11		31		51		71		91
12		32		52		72		92
13		33		53		73		93
14		34		54		74		94
15		35		55		75		95
16		36		56		76		96
17		37		57		77		97
18		38		58		78		98
19		39		59		79		99
20		40		60		80		100



PROVA OBJETIVA

DIREITO ADMINISTRATIVO

Claudio Tusco

01. No que tange ao conceito e à abrangência do Direito Administrativo, assinale a afirmativa correta.

- a) Disciplina, predominantemente, relações jurídicas horizontais.
- b) Tem como objeto de estudo o aparato estatal de execução de políticas públicas.
- c) Tem como um de seus objetos principais o estudo do exercício da função política.
- d) Volta-se exclusivamente para o estudo do Poder Executivo, uma vez que é esse poder que exerce, com exclusividade, função administrativa.
- e) Estuda apenas as pessoas jurídicas de direito público.

02. Com base nos princípios da Administração Pública, presentes no Artigo 37 da Constituição Federal, é correto afirmar que:

- a) o princípio da legalidade diz que cabe ao Estado a elaboração das leis do país, considerados o equilíbrio entre os Poderes, a Constituição Federal e os interesses da população.
- b) o princípio da publicidade diz que o governo deve fazer propaganda de suas empresas estatais, principalmente as de economia mista, de forma a assegurar que elas possam se manter competitivas na atuação no mercado e capazes de atender ao interesse público.
- c) o princípio da veracidade diz que os gastos do governo devem ser transparentes e públicos, sendo sempre validados por auditorias dos órgãos de controle estatais.
- d) o princípio da impessoalidade significa que a administração pública deve manter uma posição de neutralidade ante a sociedade e não estabelecer discriminações gratuitas ou não justificadas pelo interesse coletivo.
- e) o princípio da arbitrariedade diz que o governo tem a liberdade de administrar o país da forma mais eficiente possível, desde que os seus

atos não estejam previstos como crimes na Constituição Federal.

03. De acordo com o que dispõe a Lei nº 8.666/93, a qual institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, são exemplos de modalidades de licitação:

- a) tomada de preços, convite e concessão.
- b) concorrência, concurso e leilão.
- c) registro de preços, pregão e permissão.
- d) leilão, outorga e registro de preços.
- e) permissão, tomada de preços e convite.

04. O contrato de concessão de serviço público pode ser extinto em razão do descumprimento das obrigações assumidas pela concessionária. Tal forma de extinção, prevista no ordenamento jurídico, denomina-se:

- a) reversão.
- b) caducidade.
- c) encampação.
- d) rescisão.
- e) retomada.

05. Os atos de improbidade praticados por qualquer agente público, servidor ou não, contra a administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes do Estado do Paraná serão punidos na forma da Lei nº 8.429/92, que se aplica em todos os níveis da federação. Nesse contexto, o ato de improbidade administrativa tem natureza de ilícito:

- a) criminal, passível de sanções como a suspensão dos direitos políticos e a perda da função pública, que são aplicadas pelo juízo criminal.
- b) administrativo, passível de sanções como a perda da função pública e o ressarcimento ao erário, que são aplicadas mediante regular processo administrativo.
- c) disciplinar, passível de sanções como a perda da função pública e a proibição de contratar com o Poder Público, que são aplicadas mediante regular processo administrativo.
- d) cível, passível de sanções como a suspensão dos direitos políticos e a perda da função pública, que são aplicadas pelo juízo cível.
- e) político, passível de sanções como a suspensão dos direitos políticos e a proibição de receber benefícios ou incentivos fiscais, que são aplicadas pela respectiva casa legislativa.

06. Leia a afirmação a seguir e assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna:
_____ é a entidade integrante da Administração Pública indireta, criada pelo próprio governo, através de uma Lei Específica para exercer uma função típica, exclusiva do Estado.

- a) Empresa pública
- b) Sociedade de economia mista
- c) Fundação Pública
- d) Autarquia
- e) OSCIP

07. Diante do acúmulo de serviço em razão de grande demanda em sua competência originária e com o objetivo de conferir maior eficiência e celeridade em questões administrativas, o Delegado-Geral de Polícia Civil do Estado Alfa praticou ato administrativo delegando sua competência para a Secretaria Executiva de Polícia decidir recursos administrativos hierárquicos.

O mencionado ato de delegação é:

- a) inválido, porque os atos previstos como de competência do Delegado-Geral não podem ser delegados, em respeito ao poder hierárquico;
- b) inválido, porque a legislação proíbe expressamente a delegação de decisão de recursos administrativos;
- c) lícito, porque a competência administrativa é imprescritível, improrrogável e irrenunciável;
- d) lícito, porque a competência é delegável, exceto nos casos de competência exclusiva definida em lei;
- e) lícito, porque a competência é delegável, exceto para a edição de atos normativos.

08. Determinado delegado de polícia, agindo imprudentemente, disparou sua arma de fogo ao manuseá-la dentro da própria delegacia, ferindo um particular que ali estava.

Nessa situação hipotética, no que concerne à responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa correta.

- a) Em eventual ação contra o Estado, o particular deverá provar a imprudência do delegado para que seja ressarcido dos danos experimentados.
- b) Como agiu imprudentemente, o delegado responderá diretamente ao particular pelos prejuízos causados excluindo a responsabilidade civil do Estado.
- c) A prescrição para as ações de reparação civil contra o Estado ocorre em três anos.
- d) O Estado responde civilmente em razão da conduta culposa de seu agente, aplicando-se ao caso a teoria do risco administrativo.
- e) Como se trata de conduta comissiva de agente público, qualificada pelo elemento culpa, aplica-se ao caso a teoria da responsabilidade subjetiva do Estado.

09. Apesar das sucessivas solicitações formuladas pelos moradores de uma determinada localidade, o Estado deixou de reforçar a segurança no local. Em razão dessa omissão, foi praticado novo ilícito em detrimento de um morador, o que lhe causou danos patrimoniais. Nesse caso, é correto afirmar que eventual responsabilidade do Estado será de natureza:

- a) objetiva, desde que demonstrado que o dano decorreu da omissão dos seus agentes.
- b) subjetiva, o que exige a prévia condenação do agente público omissivo.
- c) objetiva, o que pressupõe a demonstração da culpa do agente público e o nexo de causalidade.
- d) subjetiva, sendo necessário demonstrar o elemento subjetivo do agir.
- e) objetiva, o que significa dizer que deve ser analisada, apenas, possível culpa da vítima.

10. O Estado do Paraná ajuizou ação civil por ato de improbidade administrativa em face de Pedro, dirigente de uma organização social (OS) que celebrara contrato de gestão com a Secretaria de Estado de Saúde, visando à administração de duas unidades hospitalares.

Após a finalização do contrato de gestão constatou-se que parte dos recursos foi entregue, por Pedro, a familiares que se encontravam em dificuldade financeira, os quais achavam que os recursos tinham origem na remuneração de Pedro.

Sobre o caso apresentado, considerando a disciplina estabelecida pela Lei nº 8.429/92, assinale a afirmativa correta.

- a) Pedro e seus familiares não podem ser responsabilizado por ato de improbidade administrativa, pois a OS não integra a Administração Pública.
- b) Pedro, juntamente com seus familiares, pode ser responsabilizado por ato de improbidade administrativa que importa em dano ao patrimônio público.
- c) Pedro, juntamente com seus familiares, pode ser responsabilizado por ato de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito.

d) Pedro pode ser responsabilizado por ato de improbidade administrativa que importa em dano ao patrimônio público, não seus familiares.

e) Pedro pode ser responsabilizado por ato de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito, não seus familiares.

11. Acerca dos atos administrativos e do Poder de Polícia, é correto afirmar que:

- a) a licença é o ato administrativo editado a partir do poder discricionário da administração pública, conferindo ao particular o direito à prática de determinada atividade de natureza privada.
- b) a permissão condicionada pode ser revogada a qualquer tempo, desde que obedecidos os critérios de conveniência e oportunidade.
- c) o consentimento de polícia, de acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é passível de delegação a um particular.
- d) os denominados atos de consentimento, tais como licença, autorização e permissão, têm natureza declaratória, ou seja, limitam-se a enunciar um direito do particular.
- e) a admissão é espécie de ato administrativo editado para que seja admitido ao serviço público o candidato regularmente aprovado em concurso de provas ou de provas e títulos.

12. A Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado Alfa foi alterada pela Assembleia Legislativa, de maneira que foi inserido um artigo dispendo que é vedado ao servidor público ocupante de cargo efetivo ou comissionado servir sob a direção imediata de cônjuge ou parente até segundo grau civil.

De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a norma mencionada é:

- a) constitucional, porque existe presunção de ofensa aos princípios expressos da administração pública da impessoalidade e da moralidade;
- b) constitucional, porque está de acordo com os princípios da administração pública e a súmula vinculante que veda o nepotismo, e é aplicável para todos os entes federativos;
- c) constitucional, porque cada Estado da Federação tem autonomia para ampliar livremente as hipóteses de nepotismo previstas em súmula vinculante;
- d) inconstitucional, porque os ocupantes de cargos efetivos ou comissionados no âmbito da polícia civil são considerados agentes políticos e, por isso, não incide a súmula vinculante que proíbe o nepotismo;
- e) inconstitucional em relação aos ocupantes de cargos efetivos, eis que normas inibitórias do nepotismo não têm como campo próprio de incidência os cargos efetivos, sob pena de violação ao concurso público.

13. João se inscreveu em concurso público para provimento de certo cargo efetivo na área da segurança pública no Estado Alfa. Após ser aprovado na prova objetiva, João recebeu um comunicado da entidade organizadora do concurso informando-lhe que seria realizado exame psicotécnico, de caráter eliminatório. Tendo em vista que não havia previsão em lei nem no edital do concurso para tal exame psicotécnico, João impetrhou mandado de segurança impugnando a realização do exame.

De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a pretensão de João:

- a) não merece prosperar, pois há discricionariedade do Estado Alfa para definir quais concursos públicos devem exigir exame psicotécnico, de acordo com a natureza do cargo;
- b) não merece prosperar, pois há discricionariedade da entidade organizadora para definir quais concursos públicos devem exigir exame psicotécnico, conforme a natureza do cargo;
- c) não merece prosperar, desde que todos os candidatos sejam submetidos ao mesmo exame psicotécnico, de maneira a atender os princípios da isonomia e competitividade;
- d) merece prosperar, pois haveria necessidade de prévia previsão em lei e previsão no edital com a devida publicidade dos critérios objetivos fixados e possibilidade de recurso;
- e) merece prosperar, pois haveria a necessidade de prévia previsão em edital do exame psicotécnico, independentemente de previsão em lei.

14. O prefeito do município Alfa, agindo em comunhão de ações e desígnios com o delegado de Polícia Civil da cidade, frustrou a lícitude de processo licitatório, a fim de beneficiar João, particular sócio administrador de uma sociedade empresária, que foi contratada ilegalmente pelo Município. Sabe-se que João é irmão do delegado e que o ato ilícito causou um dano ao erário no montante de cem mil reais. O Ministério Público ajuizou ação civil pública por ato de improbidade administrativa e requereu a indisponibilidade de bens dos demandados.

De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, são sujeitos ativos do ato de improbidade em tela:

- a) o prefeito, o delegado e João, devendo a ação ser ajuizada na comarca local, sendo que, para o deferimento da indisponibilidade de bens, basta a comprovação do *fumus boni iuris*, pois o *periculum in mora* é presumido;
- b) o prefeito, o delegado e João, devendo a ação ser ajuizada originalmente no Tribunal de Justiça, sendo que, para o deferimento da indisponibilidade de bens, é necessária a comprovação do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*;
- c) o prefeito, o delegado e João, devendo a ação ser ajuizada na comarca local, sendo que, para o deferimento da indisponibilidade de bens, é necessária a comprovação de que os demandados estariam dilapidando efetivamente seu patrimônio ou na iminência de fazê-lo;
- d) o prefeito e o delegado, devendo a ação ser ajuizada originalmente no Tribunal de Justiça, sendo que, para o deferimento da indisponibilidade de bens, é necessária a comprovação de que os demandados estariam dilapidando efetivamente seu patrimônio ou na iminência de fazê-lo;
- e) o prefeito e o delegado, devendo a ação ser ajuizada na comarca local, sendo que, para o deferimento da indisponibilidade de bens, é necessária a comprovação dos requisitos da tutela de urgência, ou seja, *fumus boni iuris* e *periculum in mora* concreto.

15. Ao cumprir mandados de busca e apreensão e de prisão preventiva, a autoridade policial constatou que o endereço diligenciado se tratava de propriedade urbana onde foram localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas.

Em matéria de intervenção do Estado na propriedade, de acordo com a Constituição da República de 1988, o fato narrado poderá ensejar a:

- a) desapropriação especial urbana, em que o imóvel será desapropriado, mediante pagamento com títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos;
- b) desapropriação confisco, em que o imóvel será expropriado e destinado à reforma agrária e a programas de habitação popular, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei;
- c) desapropriação por interesse social, em que o imóvel será desapropriado, mediante pagamento com títulos da dívida pública, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas;
- d) expropriação sanção, em que o imóvel será desapropriado, e metade de todo e qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins será confiscado e reverterá a fundo especial com destinação específica, na forma da lei;
- e) expropriação sanção, em que o imóvel será desapropriado com ulterior indenização, e todo e qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins será confiscado e reverterá a fundo especial com destinação específica, na forma da lei.

DIREITO CONSTITUCIONAL**Nelma Fontana**

16. O Congresso Nacional aprovou proposta de emenda à Constituição (PEC), de iniciativa de um terço do Senado, para modificar os critérios de escolha de Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). A respeito do caso narrado, de acordo com as normas constitucionais referentes ao poder de reforma da Constituição, aponte a alternativa correta.

a) A emenda é inconstitucional, por vício de iniciativa, uma vez que PEC a respeito do Poder Judiciário é de iniciativa privativa do Supremo Tribunal Federal.

b) O vício de iniciativa no processo legislativo tanto das leis quanto das emendas à Constituição Federal poderá ser sanado pela sanção presidencial.

c) No processo legislativo das emendas à Constituição Federal, diferente do que ocorre no processo legislativo ordinário, não há sanção e nem veto. A única participação do Presidente da República é na iniciativa.

d) A emenda é formalmente inconstitucional, uma vez que não foi apresentada por nenhum dos legitimados descritos na Constituição Federal.

e) A Proposta de emenda deveria ter sido enviada ao Presidente da República para, no prazo de 15 dias úteis, manifestar-se sancionando ou vetando.

17. Após um processo revolucionário que desencadeou um golpe de Estado, o grupo vencedor autodenominado Libertadores do Mundo impôs novo regramento de organização do Estado Alfa, a partir da produção de um documento solene, sem a consulta popular. Conforme redação dessa Carta, parte de seus dispositivos, para serem alterados, dependeriam de processo legislativo bem mais rigoroso do que o utilizado para a atualização de leis comuns. Outra parte, entretanto, poderia ser alterada da mesma maneira das leis. Considerando as informações fornecidas, é correto afirmar que essa Constituição deve ser classificada como:

- a) outorgada e semirrígida.
- b) promulgada e rígida.
- c) cesarista e semirrígida.
- d) cesarista e flexível.
- e) outorgada e rígida.

18. A respeito da competência para legislar sobre inquérito policial, nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, indique a alternativa correta.

- a) A competência legislativa é privativa da União.
- b) Os estados somente poderiam legislar sobre a matéria se não houvesse legislação federal.
- c) A competência é concorrente, de modo que os estados exercem competência suplementar sobre o tema.
- d) A competência legislativa só poderia ser exercida pelos estados se houvesse delegação da União, por meio de lei complementar.
- e) A superveniência de lei federal sobre a matéria revoga lei estadual no ponto contrário.

19. João é vereador de Londrina/PR. Durante evento de seu partido em Maringá/PR, para o qual foi convidado para retratar as dificuldades encontradas no exercício do mandato, no momento em que discursava, proferiu várias palavras injuriosas que feriram a honra de Sebastião, prefeito de sua cidade. A respeito do fato narrado, aponte a única alternativa que se compatibiliza com a Constituição Federal.

- a) João é vereador e está acobertado por imunidade material, de forma que não responderá civil e nem penalmente por sua manifestação.
- b) João poderá ser responsabilizado civilmente por suas palavras, mas não responderá penalmente, porque tem imunidade formal.
- c) João poderá ser responsabilizado civil e penalmente por suas palavras, porque a imunidade material do vereador não alcança palavras proferidas fora do município em que exerce o mandato eletivo.
- d) Na situação narrada, João, embora fora de seu município, agiu na qualidade de vereador, porque discursou em evento planejado por seu partido. Assim, estará acobertado por imunidade material e formal.
- e) Vereadores não têm imunidade material e nem formal.

20. Ramon, venezuelano, estabeleceu residência legal no Brasil. Após 15 anos ininterruptos de residência e não tendo condenação criminal, fez o requerimento da nacionalidade brasileira, tendo sido prontamente atendido. Dois anos após a obtenção da nacionalidade, associou-se a traficantes e de modo intenso, começou a levar e buscar cocaína da Colômbia para o Brasil. A respeito da situação hipotética narrada, aponte a única alternativa correta.

- a) A obtenção da nacionalidade brasileira por Ramon deu-se de modo regular, tendo sido atendidos, à data do requerimento, todos os requisitos exigidos pela Constituição Federal, cabendo ao Estado apenas reconhecer-lhe o direito.
- b) Pelo crime narrado, Ramon não poderia ser extraditado do Brasil para a Colômbia, uma vez que o crime foi praticado quando já havia adquirido a nacionalidade brasileira na condição primária.
- c) O ato praticado por Ramon poderia ser considerado, em tese, nocivo ao interesse nacional, motivo pelo qual poderia, após o devido processo judicial, sofrer a perda da naturalização, por decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça.
- d) Ramon, após eventual condenação transitada em julgado pelo crime de tráfico de entorpecente, sofreria a suspensão de direitos políticos, exceto se a pena privativa de liberdade fosse convertida em restritiva de direitos.
- e) A competência para processar e julgar uma eventual ação de cancelamento de naturalização é da justiça comum estadual.

21. João descobriu que Maria, sua esposa, com quem estava casado há vinte anos, mantinha um relacionamento amoroso com José, seu vizinho. Inconformado, movido por profunda tristeza e grande emoção, logo após tomar conhecimento do fato, sacou de sua arma e desferiu dois tiros em Maria, motivo pelo qual a mulher veio a óbito. A respeito do caso narrado, tomando-se por parâmetros o texto constitucional e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, aponte a alternativa incorreta.

- a) A competência para o julgamento do crime praticado por João é do júri.
- b) A Constituição Federal assegura, nos julgamentos perante o júri, a plenitude de defesa, de modo que, em favor do réu, são cabíveis argumentos jurídicos e não jurídicos, inclusive morais, para a formação do convencimento dos jurados, como é o caso da tese da legítima defesa da honra.
- c) A legítima defesa da honra é argumento atécnico e extrajurídico, que de modo cruel, subverte a dignidade humana e afronta a igualdade entre homens e mulheres.
- d) A legítima defesa da honra não está inclusa no instituto da legítima defesa, previsto tanto na Constituição Federal quanto na lei infraconstitucional.
- e) A traição está inserida no contexto das relações amorosas e sua reprevação reside apenas no campo moral, de modo que ciúme, paixão e emoção não excluem a imputabilidade penal e nem caracterizam legítima defesa.

22. Tramita no Congresso Nacional proposta de emenda à Constituição (PEC) que, a pretexto de promover o reequilíbrio fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, viola claramente garantia individual prevista na Lei Maior. A respeito do fato narrado, para combater a deliberação da PEC, nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, admite-se

- a) ação direta de constitucionalidade.
- b) arguição de descumprimento de preceito fundamental
- c) ação civil pública.

d) mandado de segurança, impetrado por parlamentar da Casa em que tramita a proposta.
e) mandado de injunção, impetrado por qualquer prejudicado pelo descumprimento da norma constitucional.

23. A respeito do Poder Legislativo, indique a assertiva correta.

- a) Consoante entendimento do Supremo Tribunal Federal, o foro por prerrogativa de função conferido aos deputados federais e senadores se aplica apenas a crimes cometidos no exercício do cargo e em razão das funções a ele relacionadas.
- b) Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, a infidelidade partidária provoca a perda de mandato nas eleições proporcionais e nas eleições majoritárias.
- c) Conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal, é inconstitucional dispositivo regimental da Câmara dos Deputados que limita em cinco a criação simultânea de Comissões Parlamentares de Inquérito, pois constitui obstáculo à livre atuação da função fiscalizadora da Casa Legislativa.
- d) Em decorrência da imunidade parlamentar, ao Judiciário é vedado, por autoridade própria, aplicar medidas cautelares processuais descritas no artigo 319 do Código de Processo Penal.
- e) A Comissão Parlamentar de Inquérito tem poderes de investigação próprios da autoridade judicial, de modo que pode, por autoridade própria, promover a busca e apreensão de documentos em ambientes domiciliares.

24. A respeito do processo legislativo constitucional, aponte a assertiva incorreta.

- a) No processo legislativo de reforma da Constituição Federal, a iniciativa popular está condicionada aos seguintes requisitos cumulativos: a) proposição subscrita por, no mínimo, 1% do eleitorado nacional; b) representatividade mínima de cinco estados da federação, com pelo menos 0,3% de seus eleitores.
- b) A Constituição estadual não pode criar outras hipóteses de reserva de lei complementar, além daquelas que já são previstas na Constituição Federal.
- c) A Constituição Federal veda a edição de medidas provisórias para regulamentação da exploração dos serviços locais de gás canalizado.
- d) A Constituição Federal veda a reedição, na mesma sessão legislativa, de medidas provisórias rejeitadas, mas essa vedação não se aplica quando a perda da eficácia se dá por decurso de prazo.
- e) Projeto de lei de iniciativa do Presidente da República, dos tribunais superiores e do Procurador-Geral da República devem ter início na Câmara dos Deputados.

25. A respeito do Poder Executivo, indique a alternativa INCORRETA:

- a) Os atos do Presidente da República que atentem contra a lei orçamentária configuram crime de responsabilidade.
- b) Compete ao Senado Federal julgar o Presidente da República por crime de responsabilidade e ao Supremo Tribunal Federal compete julgar o Chefe do Executivo da União por crime comum. Nos dois casos, primeiro é necessário que a Câmara admitida a acusação, por dois terços de seus membros.
- c) O Presidente da República ficará suspenso de suas funções, por até cento e oitenta dias, nas infrações penais comuns, se admitida a acusação pela Câmara dos Deputados.
- d) O Presidente da República, durante o mandato, não se submete à prisão provisória, nem mesmo em razão de flagrante de crime inafiançável.

e) Na vigência de seu mandato, o Chefe do Executivo da União não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções. Essa prerrogativa não pode ser estendida nem a Governadores e nem a Prefeitos.

26. A respeito da organização político-administrativa da República Federativa do Brasil, indique a alternativa correta.

- a) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios são as pessoas políticas que compõem a organização político-administrativa brasileira, todas soberanas e autônomas, nos termos da Constituição.
- b) Os Territórios Federais integram a União e são criados por lei aprovada pelo Congresso Nacional.
- c) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes quaisquer relações de dependência ou aliança.
- d) Os potenciais de energia hidráulica e os recursos minerais, inclusive os do subsolo, são bens da União.
- e) Os Estados podem ser subdivididos ou desmembrados para se anexarem a outros, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e da Assembleia Legislativa, por lei complementar.

27. O artigo 29 da Lei 7.210/1984 estabelece que “o trabalho do preso será remunerado, mediante prévia tabela, não podendo ser inferior a 3/4 (três quartos) do salário mínimo.” A respeito do tema, considerando o disposto na Constituição Federal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, indique a alternativa correta.

a) O dispositivo legal, ao fixar a remuneração do preso em patamar inferior ao salário mínimo, afrontou norma constitucional que assegura direito do trabalhador.

b) O preso, no exercício de atividade laboral é equiparado aos demais trabalhadores e faz jus aos direitos prescritos na Consolidação das Leis do Trabalho e no artigo 7º da Constituição Federal.

c) O dispositivo legal afronta norma constitucional e pode ser combatido por meio de ação direta de inconstitucionalidade, cuja competência originária é do Supremo Tribunal Federal.

d) Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, o patamar mínimo diferenciado de remuneração dos presos previsto no dispositivo legal não representa violação aos princípios da dignidade humana e da isonomia, sendo inaplicável à hipótese a garantia de salário mínimo prevista no artigo 7º, IV, da Constituição Federal.

e) O artigo 29, *caput*, da Lei 7.210/1984 é contrário ao disposto no artigo 7º, IV, da CF/88, motivo pelo qual é inconstitucional e deverá ser expurgado do ordenamento jurídico. Para combater essa violação à Constituição Federal será cabível a arguição de descumprimento de preceito fundamental.

28. A respeito da competência para legislar sobre responsabilidade por dano ao meio ambiente, indique a alternativa correta, conforme disposto na Constituição Federal.

a) Compete privativamente à União legislar sobre dano ao meio ambiente, embora a competência para legislar sobre proteção do meio ambiente e controle da poluição seja concorrente.

b) Sendo a responsabilidade por dano ao meio ambiente decorrente dos assuntos de interesse

regional, conforme a realidade do lugar, a competência legislativa é privativa dos estados e do Distrito Federal.

c) A União, mediante lei complementar, poderá delegar aos estados e ao Distrito Federal a competência para legislar sobre assuntos específicos pertinentes ao dano ao meio ambiente.

d) A competência para legislar sobre dano ao meio ambiente é concorrente, cabendo à União dispor sobre as normas gerais e, aos estados, sobre as normas específicas.

e) As normas gerais supervenientes editadas pela União acerca do tema revogam as leis estaduais nos pontos contrários.

29. A respeito da segurança pública, consoante redação da Constituição Federal e nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, aponte a alternativa incorreta.

a) É inconstitucional a vedação legal de porte de arma de fogo aos guardas municipais de municípios com menos de quinhentos mil habitantes.

b) Guardas civis municipais, diferente dos policiais civis, federais e rodoviários, não têm direito à aposentadoria especial por exercício de atividade de risco.

c) Os servidores policiais integrantes das polícias civis serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, o teto constitucional.

d) A polícia federal é órgão permanente instituído por lei para, dentre outras atribuições, exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

e) As polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, exercem com exclusividade, no âmbito do Estado-membro, as funções de polícia judiciária, cabendo-lhes, ainda, a apuração de infrações penais, inclusive as militares.

30. O Tribunal de Justiça do Paraná julgou o mérito de representação de constitucionalidade proposta contra lei do município de Ponta Grossa, por violação exclusiva de norma de reprodução obrigatória constante da Constituição estadual. A respeito do caso narrado, indique a assertiva correta.

- a) O Tribunal de Justiça, ao julgar a causa, invadiu a competência do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria, uma vez que o controle de constitucionalidade tem por parâmetro exclusivo a Constituição Federal.
- b) Da decisão proferida pelo Tribunal de Justiça, cabe a interposição de recurso extraordinário, porque o fundamento da decisão é preceito contido na Constituição Federal.
- c) Da decisão, não cabe recurso extraordinário, porque o controle de constitucionalidade de leis municipais não é da competência do Supremo Tribunal Federal, mas do Tribunal de Justiça.
- d) A decisão do Tribunal de Justiça possui eficácia contra todos e efeito vinculante.
- e) A decisão do Tribunal de Justiça, quer seja pela constitucionalidade ou pela constitucionalidade da lei municipal, por força do Princípio da Reserva de Plenário, depende da maioria absoluta do Tribunal ou de seu órgão especial.

32. A respeito da aplicação da lei penal:

- I- As embarcações brasileiras de propriedade privada em alto mar são extensões do território brasileiro
- II- A sentença estrangeira pode ser executada no Brasil para obrigar o condenado a reparar o dano e independe de homologação.
- III- Aplica-se a lei brasileira a crimes cometidos a bordo de embarcações brasileiras a serviço do governo brasileiro que se encontrem ancorados em portos estrangeiros
- a) Somente o item II está incorreto
- b) Somente o item III está correto.
- c) Somente o item I está incorreto.
- d) Somente o item III está incorreto.
- e) Somente o item II está correto.

33. O perdão do ofendido:

- a) é aceitável mesmo depois de sentença condenatória transitada em julgado.
- b) é imprescindível aceitação do querelado para produzir efeito
- c) somente é cabível se expresso.
- d) aproveita a todos, se concedido apenas a um dos querelados.
- e) prejudica o direito dos outros, se conferido por um dos ofendidos.

34. Em relação aos crimes de ação penal pública de iniciativa privada, é(são) causa(s) de extinção da punibilidade presente(s) apenas:

- a) perdão aceito.
- b) perdão aceito e decadência.
- c) decadência, renúncia ao direito de queixa e perdão aceito.
- d) perdão judicial.
- e) perdão judicial e perdão aceito.

DIREITO PENAL

Ivo Martins

31. De acordo com o Código Penal:

- a) configurada a tentativa, pela falta de completude do injusto, a pena sempre deverá ser diminuída de 1/6 a 1/3.
- b) quando se fala em crime impossível, a tentativa é impunível
- c) a desistência voluntária admite a interrupção do nexo causal sem levar em consideração a vontade.
- d) o arrependimento eficaz, quando total, exclui a pena, e quando parcial admite a redução de 1/3 a 2/3.
- e) pelo resultado que agrava especialmente a pena, somente responde o agente que o houver causado dolosamente.

35. Mário, na véspera do seu aniversário de dezoito anos, ao sair do trabalho foi atacado por seu desafeto Roberto. Mário, que estava com uma faca camouflada, desferiu 5 facadas contra Roberto, que veio a falecer após 10 dias internado em razão das facadas. Nesse caso, não houve:

- a) tipicidade.
- b) ilicitude.
- c) culpabilidade
- d) punibilidade.
- e) homicídio doloso.

36. Acerca da culpabilidade e da imputabilidade penal, assinale a opção correta.

- a) São causas excludentes de ilicitude a legítima defesa, o estado de necessidade e a inimputabilidade por doença mental.
- b) O erro inevitável sobre a ilicitude do fato é causa excludente de antijuridicidade.
- c) São causas excludentes de culpabilidade, a obediência hierárquica e a coação moral irresistível
- d) A conduta motivada pela emoção ou pela paixão interfere na imputabilidade penal.
- e) A embriaguez fortuita completa não exclui a culpabilidade do agente.

37. No que se refere aos elementos do crime, é correto afirmar que:

- a) o crime impossível elimina a punibilidade.
- b) o dolo e a culpa integram a tipicidade e a culpabilidade, simultaneamente.
- c) a exigibilidade de conduta diversa é requisito da culpabilidade
- d) o arrependimento eficaz exclui a ilicitude.
- e) o estrito cumprimento do dever legal afasta a imputabilidade.

38. Com relação às causas de exclusão da ilicitude, é correto afirmar:

- a) No caso de legítima defesa ou estado de necessidade de terceiros, é imprescindível a prévia autorização destes para que a conduta do agente não seja ilícita.
- b) Ocorre legítima defesa sucessiva, na hipótese de legítima defesa real contra legítima defesa putativa.
- c) entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu, e não de outrem.
- d) As causas legais de exclusão da ilicitude, previstas na parte geral do Código Penal, são estado de necessidade, legítima defesa, estrito cumprimento de dever legal, exercício regular de direito e consentimento do ofendido.
- e) atua em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem

39. Sobre as causas de justificação em direito penal, marque a correta

- a) no estado de necessidade há um conflito entre dois bens jurídicos colocados em perigo, porém, ocorre unicamente por conduta da pessoa humana.
- b) quando o agente pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se, está agindo em estado de necessidade
- c) ocorre estado de necessidade exclusivamente em situação de calamidade pública.
- d) está em estado de necessidade quem pratica o fato para salvar de perigo iminente ou atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, ainda que nas circunstâncias seja exigível sacrifício.
- e) no estado de necessidade o bem jurídico é exposto a perigo, na legítima defesa o direito sofre uma agressão futura.

40. Quanto ao crime de peculato:

- a) peculato mediante erro de outrem apresenta a mesma pena do crime de peculato.
- b) incide em dar às verbas ou rendas públicas aplicação distinta da instituída em lei.
- c) é crime contra a administração da justiça.
- d) apesar de ser crime próprio, aceita a participação de particulares
- e) consiste em solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, vantagem indevida.

41. Quanto ao crime de extorsão mediante sequestro:

- a) sua consumação ocorre quando o agente solicita vantagem como preço do resgate.
- b) se do fato resulta lesão corporal grave ou morte será qualificado
- c) não admite tentativa.
- d) se cometido contra vítima menor de 18 (dezoito), a pena do delito será majorada.
- e) sua consumação ocorre quando o agente consegue a vantagem como preço do resgate, por se tratar de crime contra o patrimônio.

42. Sobre o crime de furto descrito no Art. 155 do Código Penal:

I - O elemento subjetivo do tipo é o dolo, mas não é imprescindível que a vontade comporte o elemento normativo “alheia”.

II- Tem como sujeito ativo qualquer pessoa, sendo considerado como qualquer pessoa até mesmo o proprietário, desde que o bem esteja na posse de terceiro.

III- Tem por objeto material a coisa alheia móvel, entendendo-se por coisa qualquer substância corpórea, material, ainda que não tangível

- a) Somente o item III está correto
- b) Somente o item I está correto.
- c) Somente o item II está correto.
- d) Somente o item II está incorreto.
- e) Somente o item III está incorreto.

43. Analise as assertivas e marque a correta:

- a) Os crimes funcionais estão sujeitos à extraterritorialidade condicionada da lei penal brasileira.
- b) O agente que subtrai coisa móvel alheia, para si ou para outrem, depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência da vítima, pratica o crime de roubo impróprio.
- c) No caso de Peculato culposo, ocorrendo a reparação do dano até o recebimento da denúncia, extingue-se a punibilidade; se lhe é posterior, reduz de metade a pena imposta.
- d) O funcionário público que exige, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, utilizando-se de violência ou grave ameaça, comete o crime de extorsão
- e) O crime de furto (art. 155 do CP) é plurissubjetivo de condutas contrapostas.

44. A responsabilidade penal objetiva:

- a) não encontra hipóteses concretas em nossa legislação penal.
- b) é definida como a sujeição de alguém à imposição de pena sem que tenha agido com dolo ou culpa ou sem que tenha ficado demonstrada sua culpabilidade, com fundamento no nexo de causalidade, porém, não há aplicação prática em casos concretos.
- c) em nossa legislação penal ocorre na rixa qualificada e na actio libera in causa na embriaguez
- d) a única hipótese em nossa legislação penal é a responsabilização das pessoas jurídicas por crimes ambientais.
- e) o Código Penal estabelece que apenas há crime quando estiver presente o dolo ou a culpa, logo, em hipótese alguma se pode adotar a responsabilidade penal objetiva.

45. Carlos e Pedro, sem saberem da vontade um do outro, concretizam atos executórios para assassinar Esterfeson. Carlos pôs veneno no copo de suco de Esterfeson e, logo após a ingestão do líquido, Pedro disparou contra Esterfeson ainda vivo, que veio a falecer em razão desses disparos. Considerando-se a situação hipotética, é correto afirmar que Carlos e Pedro respondem, respectivamente, por

- a) homicídio simples com emprego de veneno e homicídio simples consumado.
- b) tentativa de homicídio simples e homicídio simples consumado.
- c) homicídio com emprego de veneno e homicídio simples consumado.
- d) homicídio com emprego de veneno e tentativa de homicídio simples.
- e) tentativa de homicídio com emprego de veneno e homicídio simples consumado

diretas do MP por não se tratar de órgão com competência de polícia judiciária.

e) Os autos do Inquérito Policial devem ser escritos, no entanto as diligências orais não precisam ser reduzidas a termo.

47. Tendo em vista o Código de Processo Penal e o entendimento sumulado dos Tribunais Superiores, assinale a assertiva correta.

- a) Não há crime, quando a postergação do flagrante pela polícia torna impossível a sua consumação.
- b) Em face do princípio da obrigatoriedade, o delegado de polícia está vinculado a realizar as diligências requeridas pelo ofendido ou seu representante legal.
- c) Nas hipóteses de crime permanente, a prisão em flagrante é possível quando cessar a permanência da infração.
- d) O delegado de polícia não pode arquivar autos de inquérito policial, no entanto deve encerrar o procedimento investigatório no prazo de 5 dias.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Fernando Bezerra

46. De acordo com o Código de Processo Penal e o entendimento dos tribunais superiores, assinale a alternativa correta:

- a) A Polícia Judiciária será exercida pelas autoridades policiais no território de suas respectivas jurisdições e terá por fim a apuração das infrações penais e da sua autoria.
- b) A Polícia Administrativa tem como funções precípuas o patrulhamento ostensivo, a prevenção de infrações penais inclusive apurando-lhes materialidade e autoria.
- c) O delegado de polícia não pode arquivar autos de inquérito policial, no entanto deve encerrar o inquérito no prazo estabelecido em lei após a confecção do relatório com a descrição minuciosa das diligências encetadas naquele procedimento.
- d) o advogado possui acesso amplo aos elementos de prova relacionados a diligências já documentadas em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária quando digam respeito ao exercício do direito de defesa de seus clientes, não sendo possível exigir tal prerrogativa nas investigações

48. Acerca da Prova no Processo Penal, assinale a assertiva correta.

- a) Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, podendo supri-lo a confissão do acusado.
- b) Não sendo possível o exame de corpo de delito, por haverem desaparecido os vestígios, a prova testemunhal poderá suprir-lhe a falta.
- c) O exame de corpo de delito não poderá ser feito nos finais de semana.
- d) Os peritos elaborarão o laudo pericial, onde descreverão minuciosamente o que examinarem, mas não precisarão responder aos quesitos formulados.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

49. De acordo com o Código de Processo Penal e o entendimento dos tribunais superiores, assinale a alternativa correta:

- a) Nos processos por crime contra a honra, em que forem querelantes as pessoas que a Constituição sujeita à jurisdição do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais de Apelação, àquele ou a estes caberá o julgamento, quando oposta e admitida a exceção da verdade.
- b) A competência constitucional do Tribunal do Júri não prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido exclusivamente pela Constituição estadual.
- c) A conexão e a continência importarão unidade de processo e julgamento no concurso entre a jurisdição comum e a militar.
- d) Nos casos de exclusiva ação privada, o querelante poderá preferir o foro de domicílio ou da residência do réu, apenas quando desconhecido o lugar da consumação infração.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

50. Acerca do tema Prisão, assinale a alternativa correta.

- a) O flagrante próprio ocorre quando o indivíduo é encontrado, logo depois, pela autoridade, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.
- b) Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado.
- c) Em relação às garantias constitucionais do preso, a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre deverão ser comunicados no prazo de vinte e quatro horas ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.
- d) Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade policial competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

51. Sobre o Inquérito Policial, assinale a alternativa correta.

- a) O princípio da indisponibilidade inviabiliza que o inquérito policial seja arquivado.
- b) Excepcionalmente, o delegado de polícia poderá arquivar o Inquérito Policial quando constatar a atipicidade do fato.
- c) Mesmo diante de inquéritos policiais que investigam fatos atípicos, o delegado de polícia não poderá arquivá-los, salvo quando extinta a punibilidade.
- d) O arquivamento do inquérito policial é ato complexo que envolve, portanto, a manifestação de dois órgãos.
- e) Para que o Inquérito Policial seja arquivado, é necessária requisição do delegado ao Juiz, o qual arquivará independente de prévia manifestação do Ministério Público.

52. De acordo com o Código de Processo Penal e o entendimento dos tribunais superiores, julgue os itens abaixo.

- 1. A competência será, em regra, determinada pelo domicílio ou residência do réu, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.
- 2. Será obrigatória a separação dos processos quando as infrações tiverem sido praticadas em circunstâncias de tempo ou de lugar diferentes.
- 3. O Juízo Federal competente para processar e julgar acusado de crime de uso de passaporte falso é o do lugar onde o delito se iniciou.

Assinale a sequência correta.

- a) V, F, V.
- b) F, V, F.
- c) F, F, V.
- d) F, F, F.
- e) V, F, F.

53. Acerca do tema Ação Penal, assinale a alternativa correta.

- a) Nos crimes de ação penal privada, o inquérito policial será iniciado de ofício pela autoridade policial.
- b) A queixa contra qualquer dos autores do crime obrigará ao processo de todos, e o Ministério Público velará pela sua indivisibilidade.
- c) O Ministério Público poderá desistir da ação penal a qualquer tempo, desde que justificadamente.
- d) A ação penal, nas contravenções, será iniciada com o auto de prisão em flagrante ou por meio de portaria expedida pela autoridade judiciária ou policial. Esta regra permanece no CPP e encontra-se recepcionada pela CF/88.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

54. Em relação às prisões e o inquérito policial, julgue os itens subsequentes.

- 1. O prazo da prisão temporária será de 15 (quinze) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.
- 2. Acerca do cumprimento de mandado de prisão à luz do Código de Processo Penal, podemos afirmar que o emprego de força física somente poderá ser utilizado caso o preso tente empreender fuga.
- 3. Incumbirá à autoridade policial representar pela prisão preventiva durante a fase de investigação policial.

Assinale a sequência correta.

- a) V, F, V.
- b) F, V, F.
- c) F, F, V.
- d) F, F, F.
- e) V, F, F.

55. Acerca da Prova no Processo Penal, julgue os itens abaixo.

- 1. Os peritos não oficiais não precisarão prestar o compromisso de bem e fielmente desempenhar o encargo.
- 2. O exame de corpo de delito e outras perícias serão realizados por perito oficial, portador de diploma de curso técnico e, na falta deste, o exame será realizado por 02 (duas) pessoas idôneas, portadoras de diploma preferencialmente na área específica, dentre as que tiverem habilitação técnica relacionada com a natureza do exame.
- 3. O juiz não ficará adstrito ao laudo, podendo aceitá-lo ou rejeitá-lo, no todo ou em parte.

Assinale a sequência correta.

- a) V, F, V.
- b) F, V, F.
- c) F, F, V.
- d) F, F, F.
- e) V, F, F.

56. Acerca do inquérito policial, assinale a alternativa correta.

- a) o inquérito policial é conduzido pelo escrivão.
- b) somente a autoridade policial e seus agentes podem efetuar a captura em flagrante.
- c) a autoridade policial determina as diligências no inquérito policial somente quando há autorização judicial.
- d) o inquérito policial é um procedimento de natureza judicial inquisitório.
- e) todas as peças do inquérito policial serão, num só processado, reduzidas a escrito ou datilografadas e, neste caso, rubricadas pela autoridade.

57. Acerca da Ação Penal, julgue os itens abaixo.

I) Em qualquer momento da ação penal, o ofendido poderá exercer o direito de se retratar da representação.

II) A renúncia ao exercício do direito de queixa, em relação a um dos autores do crime, a todos se estenderá.

III) Nos crimes de ação pública, esta será promovida por denúncia do Ministério Público, mas dependerá, quando a lei o exigir, de requisição do Ministro da Justiça, ou de representação do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.

Assinale a sequência correta.

- a) F, F, V.
- b) V, F, V.
- c) V, V, F.
- d) F, V, V.
- e) F, F, F.

58. Joana foi vítima de calúnia praticada por Aninha e Maria. Bastante chateada com o ocorrido, Joana, no mesmo dia em que sofreu a calúnia, foi atrás das providências necessárias para que fosse proposta a ação penal cabível ao caso, porém o fez apenas contra Aninha, pois Maria era melhor amiga de sua irmã.

Na situação narrada acima, ocorreu:

- a) Decadência.
- b) Perdão.
- c) Retratação.
- d) Renúncia.
- e) Perempção.

59. Tendo em vista o Código de Processo Penal, caso o réu esteja preso, este deverá ser citado:

- a) Por edital.
- b) Pelo administrador do presídio.
- c) Pessoalmente.
- d) Por hora certa.
- e) Por meio eletrônico na pessoa do defensor dativo.

60. Em relação aos assistentes e auxiliares da justiça, assinale a alternativa correta.

- a) O perito não oficial não estará sujeito à disciplina judiciária.
- b) Ao Ministério Público cabe fiscalizar a execução da lei.
- c) Caso o acusado esteja ausente ou foragido, será processado ou julgado sem defensor.
- d) O juiz somente estará impedido de atuar no processo em que for amigo íntimo ou inimigo capital do acusado.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

Ivan Marques

61. A substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos para os delitos expressos no Código de Trânsito Brasileiro - Lei 9.503/97, deverá estipular a prestação de serviços à comunidade obrigatoriamente em:

- a) Órgãos de Trânsito para tarefas de cunho administrativo.
- b) Estradas de rodagem para tornar o trânsito mais seguro.
- c) Hospitais que recebem vítimas de trânsito.
- d) Sinalização de trânsito.
- e) Auxílio na aplicação das provas do órgão de trânsito.

62. Aponte a alternativa CORRETA a respeito da Lei 11.343/2006 (Lei de Drogas), após a análise das assertivas a seguir:

I - a natureza da droga é uma circunstância a ser valorada na pena-base pelo magistrado.

II - o comércio efetivo da droga é pressuposto de tipicidade para o delito de associação para o tráfico de drogas.

III - a associação para o tráfico e o tráfico privilegiado de drogas não possuem natureza hedionda ou equiparada.

São CORRETAS as assertivas:

- a) I e III
- b) II e III
- c) I e II
- d) Apenas a III
- e) Apenas a II

63. A respeito do afastamento do agressor do lar conjugal, verificada a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física da mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou de seus dependentes, nos termos da Lei Maria da Penha, aponte a alternativa CORRETA:

- a) o juiz somente poderá fazê-lo a requerimento da ofendida.
- b) qualquer policial responsável pelo atendimento da ofendida poderá fazê-lo, desde que presentes os requisitos legais.
- c) qualquer delegado poderá decidir a respeito, mesmo que o Município seja sede de comarca.
- d) o juiz será comunicado em 48 horas do afastamento do agressor do lar conjugal, caso o afastamento tenha sido decidido pela autoridade policial.
- e) Não há essa possibilidade antes do exercício constitucional da ampla defesa e do contraditório, em respeito às regras constitucionais que protegem a família e a propriedade.

64. No tocante às regras do procedimento comum sumaríssimo, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Comparecendo o autor do fato e a vítima, e não sendo possível a realização imediata da audiência preliminar, os autos serão encaminhados ao Juízo comum para adoção do procedimento sumário, em respeito ao princípio da economia processual.
- b) Na falta do comparecimento de qualquer dos envolvidos, os autos serão encaminhados ao Juízo comum para adoção do procedimento sumário, em respeito ao princípio da celeridade.
- c) A homologação da composição dos danos civis não impede o exercício do duplo grau de jurisdição por quem se sentiu prejudicado com o acordo, já que previsto na Convenção Americana sobre Direitos Humanos.
- d) Nenhum ato será adiado, determinando o Juiz, quando imprescindível, a condução coercitiva de quem deva comparecer, salvo do ofendido, para evitar a criminalização secundária estatal.
- e) O processo orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, objetivando,

sempre que possível, a reparação dos danos sofridos pela vítima e a aplicação de pena privativa de liberdade.

65. Carlos Alberto, em busca de dinheiro para pagar suas dívidas, decide vender drogas pela primeira vez. Assim que entrega a droga para um usuário e recebe o pagamento, é flagrado pela Polícia Militar e conduzido ao Distrito Policial. Em caso de condenação por tráfico de drogas:

- a) fará jus a atenuante específica por força da primariedade.
- b) poderá valer-se do princípio da insignificância.
- c) poderá ver a sua pena privativa de liberdade substituída por pena restritiva de direitos.
- d) poderá receber proposta de transação penal.
- e) poderá receber proposta de acordo de não persecução penal.

66. Sobre a legislação extravagante ao Código Penal e a jurisprudência majoritária do Superior Tribunal de Justiça, analise as afirmativas a seguir no tocante à Lei Maria da Penha:

- I. A prática de crime ou contravenção penal contra a mulher no ambiente doméstico impossibilita a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.
- II. Não é possível a aplicação do princípio da insignificância nos delitos praticados com violência ou grave ameaça no âmbito das relações domésticas e familiares.
- III. O descumprimento de medida protetiva de urgência configura o crime de desobediência, previsto no art. 330 do Código Penal.

São corretas:

- a) Todas.
- b) Apenas I e II.
- c) Apenas I e III.
- d) Apenas II e III.
- e) Apenas a III.

67. Pedro, agente da Polícia Penal, submeteu Ricardo, sob sua autoridade, com emprego de violência, a intenso sofrimento físico, como forma de aplicar castigo pessoal. A condenação criminal pela conduta descrita, acarretará a:

- a) Perda do cargo e a interdição para seu exercício pelo triplo do prazo da pena aplicada.
- b) Suspensão não remunerada do cargo pelo triplo do prazo da pena aplicada.
- c) Perda do cargo e a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada.
- d) Suspensão não remunerada do cargo pelo dobro do prazo da pena aplicada.
- e) Perda do cargo e a interdição para seu exercício pelo mesmo do prazo da pena aplicada.

68. Quanto à instrução criminal, na Lei de Drogas, há menção expressa a:

- a) Queixa-crime.
- b) Resposta à Acusação - RA.
- c) Procedimento Criminal Diverso - PCD.
- d) Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI.
- e) Procedimento de Investigação Criminal - PIC.

69. No âmbito das medidas protetivas de urgência, com relação à proibição de condutas, não integra o rol:

- a) aproximação da ofendida e de seus familiares.
- b) afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida.
- c) frequentaçāo de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida.
- d) contato com a ofendida por qualquer meio de comunicação.
- e) a fixação limite mínimo de distância entre eventuais testemunhas e o agressor.

70. Em relação às armas de fogo e às empresas de segurança privada, aponte a alternativa CORRETA:

- a) Serão de propriedade das respectivas empresas, podendo ser utilizadas quando em serviço ou fora dele.
- b) O certificado de registro e a autorização de porte expedidos pela Polícia Federal ficarão no nome dos empregados apenas durante a vigência do contrato de trabalho em regime especial.
- c) Cada empresa criará seus protocolos de segurança em relação ao uso e armazenagem.
- d) Deixar de registrar ocorrência policial e de comunicar à Polícia Federal perda, furto, roubo ou outras formas de extravio de armas de fogo, acessórios e munições que estejam sob a guarda do proprietário da empresa privada acarreta em sua responsabilidade criminal por omissão.
- e) A listagem dos empregados das empresas privadas de segurança deverá ser atualizada anualmente junto ao Sinarm.

71. Em relação à transação penal, aponte a alternativa CORRETA:

- a) Trata-se da aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas por parte do Ministério Público.
- b) A proposta não pode apresentar apenas a pena de multa.
- c) O juiz homologa a proposta caso o suspeito já a tenha cumprido, para fins de homologação e extinção da punibilidade.
- d) O aceite da proposta não importa em reincidência, mas tem como requisito a confissão.
- e) Da sentença homologatória caberá apelação em 10 dias.

72. Aponte a alternativa que contraria as disposições normativas da tutela de crianças e adolescentes:

- a) pratica crime a autoridade competente que deixa, sem justa causa, de ordenar a imediata liberação de criança ou adolescente, tão logo tenha conhecimento da ilegalidade da apreensão.
- b) a adequação formal ao tipo penal da conduta de vender explosivo será possível se o destinatário do produto for criança ou adolescente.
- c) o crime de promover ou auxiliar a efetivação de ato destinado ao envio de criança ou adolescente para o exterior com inobservância das formalidades legais ou com o fito de obter lucro possui qualificadora se houver emprego de violência, grave ameaça ou fraude.
- d) a mera promessa para entregar o filho a terceiro mediante recompensa futura encontra-se na fase dos atos preparatórios do *iter criminis*.
- e) os atos praticados em salas de bate papo da internet por adultos podem integrar o delito de corrupção de menores.

73. Aponte a alternativa CORRETA sobre a monitoração eletrônica na fase de execução penal:

- a) O juiz poderá definir a fiscalização por meio da monitoração eletrônica quando autorizar a saída temporária no regime aberto.
- b) A desnecessidade da medida não tem o condão de revogá-la.
- c) O juiz poderá definir a fiscalização por meio da monitoração eletrônica quando determinar a prisão domiciliar.
- d) O fiscal de monitoração será instruído acerca dos cuidados que o condenado deverá adotar com o equipamento eletrônico.
- e) A violação comprovada dos deveres previstos neste artigo poderá acarretar, a critério do juiz da execução, ouvidos o Ministério Público e a defesa, a suspensão de visitas íntimas.

74. De acordo com a Lei nº 9.605/98, que dispõe sobre sanções penais derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente assinale a alternativa CORRETA.

- a) A suspensão condicional da pena pode ser aplicada nos casos de condenação a pena privativa de liberdade não superior a 3 (três) anos.
- b) Não há previsão expressa de desconsideração da personalidade jurídica de empresas que praticam crimes ambientais.
- c) O baixo grau de instrução ou escolaridade do agente é causa excludente de culpabilidade.
- d) A prestação pecuniária consiste no pagamento em dinheiro à vítima ou à entidade pública ou privada com fim social, de importância, fixada pelo juiz, não inferior a um salário mínimo nem superior a trezentos e sessenta salários mínimos, valor esse não deduzido do montante de eventual reparação civil a que for condenado o infrator.
- e) Não é crime o abate de animal em razão de seu caráter nocivo, valoração essa feita pelo magistrado, por força das especificidades locais ou regionais.

75. O sistema dos Juizados Especiais Criminais possui regramento próprio. A respeito de uma dos institutos despenalizadores - a transação penal -, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Não cumprido o acordo homologado, que faz coisa julgada material, deverá o Ministério Público executá-lo na Vara das Execuções Criminais e, se não tiver interesse, encaminhará a pena para a Vara da Fazenda Pública.
- b) Na ausência de proposta do Ministério Público, caberá ao juiz criminal propô-la, em respeito ao direito público subjetivo do suspeito imediatamente encaminhado ao JECRIM.
- c) No crime de lesão corporal culposa decorrente de violência doméstica, familiar ou afetiva contra a mulher, não poderá o Ministério Público oferecer a proposta, pelo critério da especialidade.
- d) No crime de lesão corporal leve entre irmãos, a homologação do acordo de composição civil dos danos não impede a posterior transação penal.

e) O instituto da transação penal é inconstitucional pois permite a aplicação de pena criminal antes do exercício da ampla defesa e do contraditório no processo criminal.

CRIMINOLOGIA

Flávio Milhomem

76. A respeito da política criminal, da criminologia e do direito penal, julgue os itens subsequentes.

I Criminologia é a ciência autônoma e independente que estuda o crime como fenômeno social e o delinquente como agente do ato ilícito, não se restringindo à análise da norma penal e seus efeitos, mas observando principalmente as causas que levam à delinquência, com o objetivo de viabilizar o aperfeiçoamento dogmático do sistema penal.

II A política criminal consiste na sistematização de táticas, estratégias e meios de controle social da criminalidade, com o propósito de sugerir e orientar reformas na legislação positivada.

III O direito penal é ciência do “ser”, na medida em que visa diagnosticar as causas da criminalidade por meio da etiologia criminal.

IV A Criminologia visa combater e prevenir a criminalidade por meio da concretização de políticas públicas.

Estão certos apenas os itens:

- a) I e II.
- b) I e IV.
- c) II e III.
- d) I, III e IV.
- e) II, III e IV.

77. Sobre as etapas histórico-evolutivas da Criminologia, assinale a alternativa incorreta:

- a) A Escola Retribucionista (também chamada de Escola Clássica) se funda em duas premissas básicas: o jusnaturalismo e o contratualismo.
- b) A Escola Positivista passou por três grandes fases: antropológica, com os estudos de Cesare Lombroso, Sociológica, com os trabalhos de Enrico Ferri e Jurídica com Rafaelle Garofalo.
- c) Cesare Lombroso, expoente do Positivismo, é lembrado por ser o pai da criminologia científica por meio da obra “O Homem Delinquente”.
- d) A Escola Clássica se valia do método indutivo-experimental para investigar a Crimogênese.
- e) Foram defensores da Escola Clássica Marquês de Beccaria e Francesco Carrara.

78. Segundo os estudos da Vítimologia, o sofrimento da vítima não se limita ao episódio criminoso traumático por ela suportado, alcançando outras fases que podem agravar ainda mais o seu sofrimento. O tema foi sistematizado por meio dos chamados processos de vitimização. A esse respeito, assinale a alternativa correta:

- a) A Vitimização Primária decorre, por exemplo, da omissão de familiares e amigos em amparar a vítima após ter sofrido as consequências nefastas do crime.
- b) A Sobrevitimização decorre do próprio Sistema de Justiça Criminal. Trata-se do constrangimento suportado pela vítima diante dos procedimentos regulares (ou irregulares) das instâncias formais de controle social (polícias, ministério público, poder judiciário, etc.).
- c) A Vitimização Terciária ocorre no momento em que a vítima sofre diretamente os impactos da conduta criminosa do delinquente, como no caso do momento do estupro.
- d) A Vitimização Quaternária ocorre quando familiares e amigos sofrem ao saber que alguém próximo foi vítima de assalto.
- e) O dano moral suportado por vítima de calúnia, difamação ou injúria caracteriza a chamada vitimização indireta.

79. Em relação à Macrossociologia Criminal, assinale a alternativa correta.

- a) A teoria crítica é uma das mais importantes teorias do conflito. Surgiu na década de 60 nos Estados Unidos da América e tem, como um de seus principais autores, Howard Becker, e é responsável por culpar o sistema de justiça criminal como criminógeno, sob o fundamento de que realiza rotulações seletivas de criminosos.
- b) As teorias da anomia e da associação diferencial são exemplos de teorias do conflito.
- c) A Escola de Chicago se caracteriza pelo não utilitarismo da ação; malícia da conduta e negativismo.
- d) Exercem o controle social informal o conselho tutelar, a igreja, o delegado de polícia, e a família.
- e) A teoria da associação diferencial, segundo a qual o indivíduo desenvolve seu comportamento individual com base no aprendizado por meio de exemplos e nas influências que possui, explica, segundo Edwin Sutherland, os chamados crimes de colarinho-branco.

80. Julgue os itens a seguir, de acordo com as espécies de prevenção delitiva:

I. A prevenção primária é a mais eficaz forma de prevenção, apesar de atuar a médio e longo prazo, uma vez que a conscientização da população tem o condão de diminuir efetivamente as causas da criminalidade.

II. A prevenção primária é a menos eficaz forma de prevenção, uma vez que atua a médio e longo prazo, demorando muito para surtir os efeitos de diminuição criminal desejados.

III. A prevenção secundária possui um destinatário certo, uma vez que se relaciona ao criminoso preso, com objetivo de evitar sua reincidência.

IV. A prevenção terciária é a mais eficaz forma de prevenção, uma vez que ocorre após o crime e atua a curto e médio prazo, direcionando-se às pessoas e grupos vulneráveis ou em situação de risco, com mais riscos de cometer ou ser vítima de delitos. Assinale a alternativa correta:

- a) As alternativas I, III e IV são verdadeiras.
- b) As alternativas II, III e IV são verdadeiras.

- c) Somente as alternativas I e III são verdadeiras.
- d) Somente as alternativas I e IV são verdadeiras.
- e) Somente a alternativa I é verdadeira.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

81. Pode ser declarada a morte presumida, sem decretação de ausência:

- a) se a pessoa não der notícia de vida por mais de trinta dias;
- b) se alguém, desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não for encontrado até seis meses após o término da guerra;
- c) se for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida;
- d) se a pessoa possuir mais de oitenta anos e não der notícia de vida há mais de cinco anos;
- e) se a pessoa possuir mais de oitenta anos e não der notícia de vida há mais de três anos.

82. Sobre os direitos de personalidade, é correto afirmar que:

- a) são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária, sem exceção;
- b) é válida, com objetivo científico ou altruístico, a disposição gratuita ou onerosa do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte;
- c) pode-se exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade, e reclamar perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei, cessando-se a proteção dos direitos de personalidade com a morte;
- d) o nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, ainda quando não haja intenção difamatória;
- e) o pseudônimo adotado goza da mesma proteção que se dá ao nome.

83. Constitui ato ilícito:

- a) a compra de um refrigerante em um supermercado realizada por uma criança de 12 anos;
- b) a reação da vítima a um assalto resultando em um dano ao veículo do assaltante;
- c) a lesão a um agressor para defender uma outra pessoa que está sendo agredida por ele;
- d) o requerimento por um Delegado dos documentos de um cidadão em uma abordagem aleatória para fins de intimidação;
- e) a publicação de matéria jornalística que, de alguma forma, ainda que noticiando fatos, macule a imagem de um político.

84. Sobre a propriedade e os direitos inerentes a ela, é correto afirmar que:

- a) a propriedade do solo abrange a do espaço aéreo e subsolo correspondentes, em altura e profundidade úteis ao seu exercício, podendo o proprietário opor-se a atividades que sejam realizadas, por terceiros, a uma altura ou profundidade tais, que não tenha ele interesse legítimo em impedi-las;
- b) a propriedade do solo abrange as jazidas, minas e demais recursos minerais, os potenciais de energia hidráulica, os monumentos arqueológicos e outros bens referidos por leis especiais;
- c) os frutos e mais produtos da coisa pertencem, ainda quando separados, ao seu proprietário, salvo se, por preceito jurídico especial, couberem a outrem;
- d) quem quer que ache coisa alheia perdida passa a ser seu dono ou legítimo possuidor;
- e) aquele que, por quinze anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, adquire-lhe a propriedade, independentemente de título e boa-fé; podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual servirá de título para o registro no Cartório de Registro de Imóveis.

85. Em 13/07/2019, Marcos foi vítima de acidente automobilístico em uma movimentava avenida da cidade em que reside. Não possuindo seguro particular, foi orientado por seu amigo advogado a ingressar, na condição de beneficiário, com uma ação contra o seguro que é pago conjuntamente com seu licenciamento para dirigir.

Muito relaxado, Marcos apenas dá entrada com o pedido judicial apenas em 13/08/2021. Sobre essa situação, é correto afirmar que:

- a) o direito de Marcos está prescrito, visto que no caso de ações do beneficiário contra o seguro, o prazo prescricional é de dois anos;
- b) o direito de Marcos não está prescrito, visto que o caso é de seguro de responsabilidade civil obrigatório, que prescreve apenas em três anos;
- c) o direito de Marcos está prescrito, visto que, no caso de ações do beneficiário contra o seguro, o prazo prescricional é de um ano;
- d) o direito de Marcos está prescrito, visto que, no caso de ações do beneficiário contra o seguro, o prazo prescricional é de cinco anos;
- e) o direito de Marcos está prescrito, visto que, sendo caso de reparação civil, o prazo prescricional é de três anos.

DIREITO HUMANOS

Ricardo Torques

86. A Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, embora adotada pela Assembleia das Nações Unidas em dezembro de 1984, passou a integrar o ordenamento jurídico brasileiro apenas em fevereiro de 1991 com o Decreto nº 40/91. Considerando as disposições da Convenção, pode-se afirmar:

- a) Qualquer pessoa que alegue ter sido submetida a tortura tem direito a apresentar queixa perante as autoridades competentes. A queixa assegura ao indivíduo proteção especial contra qualquer mau tratamento ou intimidação, mas tal benefício não se aplica às testemunhas indicadas pelo queixoso.
- b) A Convenção estabelece, como forma única de reparação à vítima, o pagamento de indenização justa, adequada e proporcional aos danos experimentados em decorrência da tortura.
- c) O direito à indenização por ato de tortura é personalíssimo e, assim, não haverá o pagamento de valores aos dependentes da vítima que venha a falecer.
- d) Os Estados signatários devem assegurar que o ensino e a informação sobre a proibição da tortura sejam incorporados no treinamento do pessoal militar encarregado da aplicação da lei, mas também do pessoal médico, dos funcionários públicos e daqueles que possam participar da custódia, interrogatório de pessoas.
- e) A Convenção veda que sejam utilizadas, em qualquer hipótese, declarações que demonstrem ter sido prestadas como resultado de tortura.

87. Assinale a alternativa correta sobre os mecanismos adotados pela Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes:

- a) A Comissão contra a Tortura é o órgão responsável por receber, analisar e efetuar as recomendações que entender cabíveis aos Estados.
- b) Os Estados signatários devem apresentar relatórios anuais sobre as medidas por eles adotadas no cumprimento das obrigações assumidas em virtude da Convenção.
- c) Ao Comitê é vedado, de ofício, buscar informações junto aos Estados signatários sobre a prática sistemática de tortura em seus territórios.
- d) O Comitê poderá, independentemente da autorização do Estado, designar responsáveis para realizar uma visita in loco e procedam a uma investigação confidencial sobre o cumprimento das medidas assumidas.
- e) Após a análise das conclusões apresentadas por seus membros, o Comitê as transmitirá ao Estado Parte e apresentará observações ou sugestões que julgar pertinentes.

88. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), adotada e proclamada em 1948, reconhece a dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis como fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo. Com base na Declaração, pode-se afirmar:

- a) Todo ser humano tem o direito de tomar parte no governo de seu país diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos. A vontade do povo deve se manifestar unicamente em eleições periódicas e legítimas, por sufrágio universal e por voto secreto.
- b) A Declaração Universal dos Direitos Humanos, por versar primordialmente sobre os direitos de primeira e segunda geração, nada dispõe sobre o acesso ou prestação de serviços públicos.
- c) Em relação aos direitos trabalhistas previstos, merecem destaque a liberdade de escolha de emprego, o direito a condições justas e favoráveis de trabalho, a proteção contra o desemprego, a igualdade de remuneração por igual trabalho e a possibilidade de organização e filiação sindical.
- d) Embora a Declaração preveja o direito ao repouso e ao lazer, não prevê direitos trabalhistas mais específicos como a limitação da jornada e férias remuneradas.
- e) A isonomia entre crianças nascidas dentro ou fora do matrimônio não foi prevista pela Declaração, mas está expressamente consignada no texto constitucional brasileiro.

89. A Convenção de Viena de 1969 versa sobre o Direito dos Tratados e dispõe sobre a sua observância, aplicação e interpretação. Sobre o tema, pode-se afirmar:

- a) A parte não pode invocar as disposições de seu direito interno para justificar o inadimplemento de um tratado internacional.
- b) As disposições de um tratado internacional nunca obrigam uma parte em relação a um ato ou fato anterior ou a uma situação que deixou de existir antes da entrada em vigor do tratado.

c) Um tratado internacional sempre obriga cada uma das partes em relação a todo o seu território.

d) Um tratado deve ser interpretado de boa-fé segundo o sentido comum atribuível aos termos do tratado em seu contexto e à luz de seu objetivo e finalidade, sendo vedada a interpretação de termos em sentido especial.

e) Pode-se recorrer a meios suplementares de interpretação dos tratados, a exemplo das circunstâncias de sua conclusão, mas não é admitida a utilização dos trabalhos preparatórios para esse fim.

90. Considerando os direitos humanos positivados na Constituição Federal e o entendimento do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta:

- a) Há ofensa à vedação à criança de juízo ou tribunal de exceção quando leis estaduais criam varas especializadas em delitos praticados por organizações criminosas.
- b) Admite-se o resarcimento ao detento, inclusive a título de danos morais, quando comprovada a falta ou insuficiência das condições legais de encarceramento.
- c) A competência constitucional do tribunal do júri não prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido exclusivamente pela Constituição estadual.
- d) O preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão, sendo dispensada a identificação daquele que conduzir o interrogatório policial.
- e) Ainda que haja déficit de vagas no regime prisional adequado ao condenado, não é admitida a saída antecipada do sentenciado.

INFORMÁTICA

Ranielison Passos

91. Durante o processo de operação no terminal de comando do Linux o usuário digitou o comando pwd para:

- a) descobrir qual é o diretório atual.
- b) trocar a senha do usuário.
- c) analisar o estado de uma impressora.
- d) enviar mensagem pela rede.
- e) visualizar um arquivo texto.

Analise o seguinte trecho de uma planilha elaborada no LibreOffice Calc.

	A	B
1		Itens
2		Caneta
3		Borracha
4		Borracha

92. Podemos perceber que a célula B1 possui uma seta em formato de botão. Ao ser pressionada indica que foi ativada a função

- a) Classificar na coluna B.
- b) Classificar na linha 1.
- c) Classificar na planilha.
- d) Filtro na coluna B.
- e) Filtro na linha 1.

93. No aplicativo de navegação Chrome, em sua configuração original, quando uma página web for impressa, serão adicionados no rodapé da impressão:

- a) Hora e Título
- b) Título e Data
- c) Data e URL
- d) Nome e Páginas
- e) URL e Páginas

94. Para evitar aglomeração de respostas a todos os destinatários de uma mensagem de e-mail enviada a várias pessoas, o remetente deverá preencher os endereços dos destinatários no campo

- a) Com cópia oculta (Cco)
- b) Para
- c) Com cópia (Cc)
- d) Assunto
- e) Anexo

95. Considerando a aplicação de texto Writer, considere as afirmativas abaixo e julgue a alternativa correta:

- I. O recurso "Nota de Rodapé" não está mais disponível nas versões recentes do Writer, pois fora substituído pelo recurso "Nota de Fim".
 - II. Ao realizar um triplô clique em uma palavra sempre será selecionado o parágrafo por completo.
 - III. A opção de Sublinhado permite aplicar variações desse efeito, como, por exemplo, sublinhado duplo.
- a) apenas a afirmação I está correta.
 - b) apenas a afirmação II está correta.
 - c) apenas a afirmação III está correta.
 - d) apenas as afirmações I e II estão corretas.
 - e) apenas as afirmações II e III estão corretas.

MEDICINA LEGAL**Paulo Bilynskyj**

96. A parte do relatório médico-legal que eventualmente poderá conter desenhos e gráficos chama-se:

- a) histórico.
- b) preâmbulo.
- c) exposição.
- d) resposta aos quesitos.
- e) discussão.

97. As facas são armas brancas com grande capacidade lesiva, podendo resultar em lesões incisas ou Perfuro-incisas. Quanto às primeiras, temos a seguinte característica:

- a) sangramento razoável.
- b) bordas irregulares.
- c) predomínio da profundidade sobre a extensão.
- d) não apresenta pontes de tecido, nem regiões mortificadas.
- e) não é possível identificar em qual sentido o instrumento atuou.

98. Nas asfixias, os sinais externos atípicos são aqueles que se manifestam em outras formas de morte que não o afogamento e que o cadáver permanece por qualquer motivo submerso por algum período de tempo. Dentre esses sinais, o Sinal de Bernt refere-se à:

- a) retração dos testículos.
- b) maceração epidérmica.
- c) pele anserina.
- d) destruição por animais da fauna aquática.
- e) lesões de arrasto.

99. Assinale a alternativa que trata de um exemplo de fenômeno cadavérico abiótico imediato.

- a) desidratação cadavérica.
- b) manchas de hipóstases cutâneas.
- c) esfriamento cadavérico.
- d) abolição da motilidade.
- e) rigidez cadavérica.

100. Nas lesões produzidas pelo calor, o Sinal de Devergie representa:

- a) a posição de lutador de boxe do corpo carbonizado.
- b) a ausência de leucócitos nas bolhas.
- c) o eritema produzido por queimadura de 1º grau.
- d) as bolhas contendo líquido amarelado nas queimaduras de 2º grau.
- e) a placa de necrose dura produzida pelas queimaduras de 3º grau.

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-PC-PR-Delegado-11-09>



Estratégia
Carreira Jurídica